

 INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO CIÊNCIA E TECNOLOGIA PIAÚÍ	DIRETORIA DE ENSINO CONTROLE ACADÊMICO REQUERIMENTO DE MATRÍCULA

Obs.: Preencher em **LETRA DE FORMA LEGÍVEL** e não abreviar o nome do candidato e a filiação.

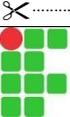
DADOS DE MATRÍCULA			
NOME DO CURSO:		MATRÍCULA (uso do IFPI):	
TURNO:	SÉRIE/MÓDULO/PERÍODO:	ANO LETIVO:	
CHAMADA:	FORMA DE INGRESSO:	AMPLA CONCORRÊNCIA () COTA () Qual: _____	
PESSOA FÍSICA (Informações do aluno)			
NOME DO ALUNO:		DATA DE NASCIMENTO: ____/____/____	
CPF:	Nº RG:	ÓRGÃO EXPEDIDOR/UF:	DATA DE EXPEDIÇÃO: ____/____/____
TÍTULO DE ELEITOR/ZONA/SEÇÃO:	CERTIFICADO DE RESERVISTA/TIPO:	SEXO: () FEMININO () MASCULINO	Estado Civil:
NACIONALIDADE (país):	NATURALIDADE (cidade):	PROFISSÃO:	
ENDEREÇO:		Nº/COMPLEMENTO (BLOCO, CONDOMÍNIO, Nº AP):	
BAIRRO:	CEP:	CIDADE:	UF:
TELEFONES:		E-MAIL:	
NOME DA MÃE:		CPF MÃE:	
NOME DO PAI:		CPF PAI:	
RESPONSÁVEL (Grau de Parentesco _____):		CPF:	

DADOS SOCIOECONÔMICOS	
COR/RAÇA	() branco () preto () pardo () amarelo () indígena () Não declarado
ESTADO CIVIL	() solteiro () casado () união estável () divorciado () separado () viúvo
FAIXA DE RENDA FAMILIAR	() até 1,5 salários mínimos () entre 1,5 e 2,0 salários mínimos () entre 2,0 e 2,5 salários mínimos () entre 2,5 e 3,0 salários mínimos () mais que 3,0 salários mínimos () Não declarado Valor Total Renda familiar: _____ Nº de dependentes da renda: _____
NECESSIDADES EDUCACIONAIS ESPECIAIS	() não () altas habilidades/superdotação () condutas típicas (déficit de atenção, hiperatividade, esquizofrenia, transtorno bipolar) () deficiência auditiva () deficiência física () deficiência mental () deficiência múltipla (associação de duas ou mais) () deficiência visual () surdocegueira (deficiência auditiva e visual) () transtorno global de desenvolvimento
COM RELAÇÃO AO TRABALHO	() Não realiza nenhuma atividade remunerada () Trabalhador com carteira assinada () Trabalhador sem carteira assinada () Servidor público concursado () Em contrato temporário () Autônomo/prestador de serviços ou proprietário de empresa () Trabalhador rural

_____ - PI, _____ de _____ de 20____.
(cidade)

Assinatura do Requerente ou Responsável

Assinatura do Servidor

 INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO CIÊNCIA E TECNOLOGIA PIAÚÍ	DIRETORIA DE ENSINO CONTROLE ACADÊMICO COMPROVANTE DE REQUERIMENTO DE MATRÍCULA	
NOME DO CURSO:		
TURNO:	SÉRIE/MÓDULO/PERÍODO:	ANO LETIVO:
NOME DO ALUNO:		

DATA: ____/____/____

Assinatura do Servidor: _____



TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE USO DE IMAGEM

Eu, _____,
nacionalidade _____, estado civil _____,
portador da Cédula de Identidade RG nº _____, inscrito no
CPF/MF. sob nº _____, residente à Rua
_____, nº _____, na
cidade de _____, **AUTORIZO**, por
meio do meu representante legal abaixo assinado, o uso de minha imagem em todo e
qualquer material entre fotos, documentos e outros meios de comunicação, para ser
utilizada em campanhas institucionais do Instituto Federal de Educação, Ciência e
Tecnologia do Piauí (IFPI), sejam essas destinadas à divulgação ao público em geral
e/ou apenas para uso interno desta instituição, desde que não haja desvirtuamento da
sua finalidade.

A presente autorização é concedida a título gratuito, abrangendo o uso da imagem
acima mencionada em todo território nacional e no exterior, em todas as suas
modalidades e, em destaque, das seguintes formas: (I) out-door; (II) busdoor; (III)
folhetos em geral (encartes, mala direta, catálogo, etc.); (IV) folder de apresentação;
(V) anúncios em revistas e jornais em geral; (VI) home page; (VII) cartazes; (VIII) back-
light; (IX) mídia eletrônica (painéis, video-tapes, televisão, cinema, programa para
rádio, entre outros).

Por esta ser a expressão da minha vontade, declaro que autorizo o uso acima descrito
sem que nada haja a ser reclamado a título de direitos conexos à minha imagem ou a
qualquer outro, e assino a presente autorização em 02 (duas) vias de igual teor e
forma.

Teresina (PI), _____, de _____, de 20_____.

Nome do aluno ou responsável legal

ANEXO VI

DECLARAÇÃO DE NÃO VÍNCULO COM OUTRA INSTITUIÇÃO DE ENSINO SUPERIOR (Lei nº 12.089, de 11/11/2009)

Eu, _____, portador(a)
do documento de identidade nº _____, CPF nº _____
aprovado(a) para ingresso no curso de graduação
_____ do Instituto Federal de Educação, Ciência e
Tecnologia do Piauí - IFPI, Campus _____, através do
Vestibular 2024.1, em atendimento ao que dispõe a Lei nº 12.089, de 11/11/2009,
DECLARO não possuir atualmente qualquer tipo de vínculo como discente de graduação,
a partir de 1º de agosto de 2022, em outra instituição pública de ensino superior brasileira.
Declaro também ter ciência de que, caso o IFPI constate que ocupo uma vaga na mesma,
ou em outra instituição, serei comunicado de que terei de optar por uma das vagas no prazo
de 5 (cinco) dias úteis, contados a partir do primeiro dia útil posterior à comunicação ou,
caso não compareça no prazo ou não opte por uma das vagas, o IFPI providenciará o
cancelamento da matrícula mais antiga (na hipótese de a duplicidade ocorrer em
instituições diferentes) ou da matrícula mais recente (na hipótese de a duplicidade ocorrer
na mesma instituição). Estou ciente de que concomitantemente ao cancelamento da
matrícula, será decretada a nulidade dos créditos adquiridos no curso cuja matrícula foi
cancelada.

_____, _____ de _____ de 20_____
(local e data)

Assinatura do(a) Candidato(a)

Assinatura do pai ou responsável, no caso de candidato(a) menor de idade

* Decreto-Lei nº 2.848, de 07 de dezembro de 1940 – Código Penal - Falsidade ideológica.

Art. 299: omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante:

Pena - reclusão de um a cinco anos, e multa, se o documento é público, e reclusão de um a três anos, e multa, se o documento é particular.

ANEXO VII

DECLARAÇÃO DE ENSINO MÉDIO EM ESCOLA PÚBLICA (Lei nº 12.711, de 22/08/2012)

Eu, _____, abaixo assinado(a),
de nacionalidade _____, nascido(a) em ____/____/____, no
município de _____, estado _____, filho(a) de
_____ e de _____,
estado civil _____, residente e domiciliado(a) à

_____ CEP nº _____, portador da cédula de identidade nº _____,
expedida em ____/____/____, órgão expedidor _____, DECLARO,
sob as penas da lei, que cursei integralmente o **Ensino Médio** em escola pública,
instituição de ensino criada ou incorporada, mantida e administrada pelo Poder Público,
nos termos do inciso I, do art. 19, da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, para
comprovação dos requisitos da Lei 12.711/2012 e Portaria MEC nº 18/2012.

_____, _____ de _____ de 20____
(local e data)

Assinatura do(a) Candidato(a)

Assinatura do pai ou responsável, no caso de candidato(a) menor de idade

*O Decreto-Lei nº 2.848, de 07 de dezembro de 1940 – Código Penal - Falsidade ideológica.

Art. 299: omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante:

Pena - reclusão de um a cinco anos, e multa, se o documento é público, e reclusão de um a três anos, e multa, se o documento é particular.

ANEXO IX

DECLARAÇÃO DE RENDA PER CAPITA FAMILIAR

(Lei nº 12.711, de 29/08/2012)

Eu, _____, abaixo assinado(a),
de nacionalidade _____, nascido(a) em ____/____/____,
no município de _____, estado _____,
filho de _____ e de
_____, estado civil _____,
residente e domiciliado(a) à _____
CEP nº _____, portador(a) da cédula de identidade nº
_____ expedida em ____/____/____,
órgão expedidor _____, DECLARO, sob as penas da lei, que sou oriundo(a) de
família com renda igual ou inferior a 1,5 (um e meio) salário mínimo per capita e estou ciente
de que, em caso de falsidade ideológica, ficarei sujeito(a) às sanções prescritas no
Código Penal* e às demais cominações legais aplicáveis.

_____, _____ de _____ de 20____
(local e data)

Assinatura do(a) Candidato(a)

Assinatura do pai ou responsável, no caso de candidato(a) menor de idade

* Decreto-Lei nº 2.848, de 07 de dezembro de 1940 – Código Penal - Falsidade ideológica.

Art. 299: omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante:

Pena - reclusão de um a cinco anos, e multa, se o documento é público, e reclusão de um a três anos, e multa, se o documento é particular.



ANEXO X
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ
FORMULÁRIO DE INFORMAÇÃO DE COMPOSIÇÃO FAMILIAR E RENDA PER CAPITA

Eu, _____, portador(a) do RG nº _____, Órgão Expedidor _____, e CPF nº _____, candidato(a) ao Vestibular 2024/1 para Ingresso nos Cursos de Graduação do IFPI, Curso _____, Campus: _____, residente na(o) _____ (endereço), declaro que a minha família é composta de _____ (quantidade) pessoas das quais _____ (quantidade) recebem renda, conforme valores abaixo indicados.

Ratifico serem verdadeiras as informações prestadas, estando ciente de que a informação falsa incorrerá nas penas do crime do art. 299 do Código Penal (falsidade ideológica), além de, caso configurada a prestação de informação falsa, apurada posteriormente ao registro acadêmico, em procedimento que assegure o contraditório e a ampla defesa, ensejará o cancelamento de meu registro no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí, sem prejuízo das sanções penais cabíveis (art. 9º da Portaria Normativa nº 18, de 11 de outubro de 2012, do Ministério da Educação).

Relação de membros da família - incluir o(a) próprio(a) candidato(a):

Nº	Nome	Parentesco	Idade	Escolaridade	Profissão	Valor da Renda BRUTA
1						
2						
3						
4						
5						
6						
7						
TOTAL DA RENDA FAMILIAR BRUTA						
RENDA PER CAPITA						

_____, de _____ de 20____

(Local e Data)

Assinatura do(a) candidato(a) ou Representante Legal

ANEXO XIII

DECLARAÇÃO DE PESSOA SEM RENDA

Eu, _____, abaixo assinado(a),
de nacionalidade _____, nascido(a) em ____/____/____, no
município de _____, estado _____, filho(a)
de _____ e de
_____, estado civil
_____, residente e domiciliado(a) à

CEP nº _____, portador(a) da cédula de identidade
nº _____, expedida em ____/____/____, órgão
expedidor _____, declaro que não exerço atividade remunerada. Meu
sustento provém de _____

e estou ciente de que, em caso de falsidade ideológica, ficarei sujeito às sanções
prescritas no Código Penal* e às demais cominações legais aplicáveis.

_____, _____ de _____ de 20____
(local e data)

Assinatura do(a) Declarante

* Decreto-Lei nº 2.848, de 07 de dezembro de 1940 – Código Penal - Falsidade ideológica.

Art. 299: omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante:

Pena - reclusão de um a cinco anos, e multa, se o documento é público, e reclusão de um a três anos, e multa, se o documento é particular.

ANEXO XII

DECLARAÇÃO DE PROFISSIONAL AUTÔNOMO

Eu, _____, abaixo assinado(a),
de nacionalidade _____, nascido(a) em ____/____/____,
no município de _____, estado _____,
filho(a) de _____ e de _____,
estado civil _____, residente e domiciliado(a) à

CEP nº _____, portador(a) da cédula de identidade nº
_____, expedida em _____, órgão expedidor
_____, DECLARO, sob as penas da lei, que **trabalho como
profissional autônomo**, exercendo a atividade de _____,
perfazendo uma renda mensal de aproximadamente R\$ _____
(_____). Estou ciente de
que, em caso de falsidade ideológica, ficarei sujeito às sanções prescritas no Código
Penal* e às demais cominações legais aplicáveis.

_____, _____ de _____ de 20 ____
(local e data)

Assinatura do(a) Declarante

* Decreto-Lei nº 2.848, de 07 de dezembro de 1940 – Código Penal - Falsidade ideológica.

Art. 299: omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante:

Pena - reclusão, de um a cinco anos, e multa, se o documento é público, e reclusão de um a três anos, e multa, se o documento é particular.